

Vereadores livram Maria Helena da cassação

Sérgio Castro/AE

Em votação secreta, vereadora foi absolvida pelos colegas em três acusações de quebra de decoro parlamentar; sessão extraordinária teve seis horas de duração

MARCUS LOPES
e ROGÉRIO PANDA

A vereadora Maria Helena (suspensa do PL) livrou-se da cassação, ontem, na Câmara Municipal. Ela foi absolvida das três acusações de quebra de decoro parlamentar e garantiu o direito de continuar o seu mandato parlamentar.

A sessão extraordinária para o julgamento da vereadora começou ao meio-dia e durou seis horas. Dos 55 vereadores, 49 votaram as três acusações contra a vereadora. Em todas os itens, a vereadora escapou da cassação por larga margem de votos. A perda do mandato dependia de pelo menos 37 votos, em votação secreta.

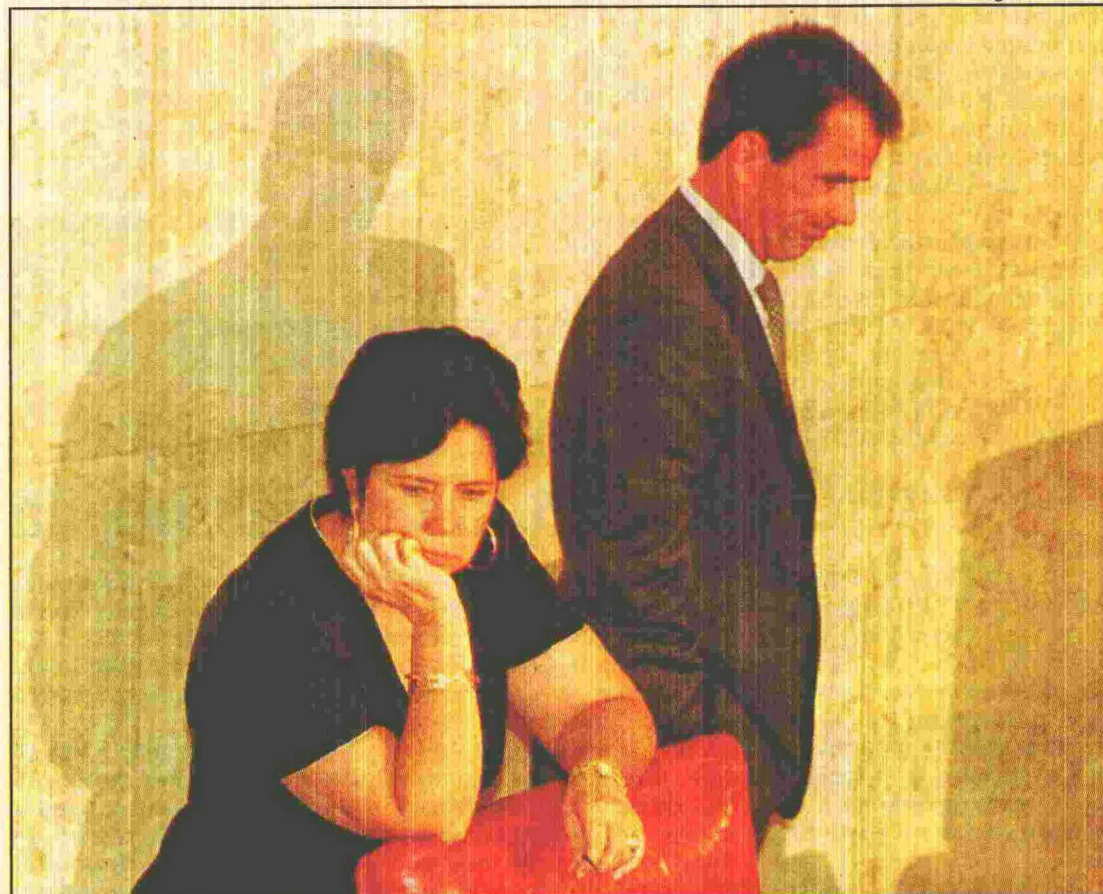
Extorsão – Na primeira denúncia – participação em uma tentativa de extorsão de dinheiro contra o vereador Salim Curiati Júnior (PPB) – 29 vereadores consideraram a vereadora culpada. Na segunda acusação – manter em

casa um cheque em branco de um funcionário de seu gabinete na Câmara Municipal – foram apenas 14 votos contra a parlamentar. Na terceira e última denúncia – retenção de salários e vale-refeição de funcionários de seu gabinete na Câmara – houve 28 votos favoráveis à denúncia.

A vereadora foi a segunda a ser absolvida das acusações de corrupção feitas a partir das denúncias da chamada máfia dos fiscais. Antes dela, José Izar (PST) havia sido absolvido, no fim do ano passado, depois de um discurso em que afirmou ter na mão 35 amigos na Casa. Antes de

Izar, haviam sido cassados os vereadores Vicente Viscome e Maeli Vergniano.

Clima tenso – A votação foi marcada por um clima tenso. Durante todo o tempo, a maioria dos parlamentares permaneceu em suas cadeiras e, ao contrário das sessões normais, houve poucas conversas em plenário. Antes da votação, nenhum ve-



Maria Helena acompanhou parte da sessão na Mesa, ao lado de Mellão, autor da denúncia

reador quis arriscar um palpite sobre o destino de Maria Helena.

Dois vereadores, Salim Curiati Júnior (PPB) e Viviani Ferraz (PL) declararam-se impedidos de votar. Curiati Júnior alegou ser testemunha de acusação no processo e Viviani invocou o fato de mover uma outra ação con-

tra a vereadora. O presidente da Casa, Armando Mellão (PMDB), também não votou, por ter sido o autor da denúncia. Ivo Morganti e Faria Lima, ambos do PMDB, estão de licença dos trabalhos legislativos.

Discussão – Durante a maior parte da sessão, Maria

Helena permaneceu sentada em uma das cadeiras da Mesa Diretora da Câmara. Ela deixou o plenário no início da votação, depois de uma discussão com a vereadora Aldaíza Sposati (PT).

A petista reclamou do fato de a vereadora ter se posicionado perto da cabine de votação. Segundo Aldaíza, isso

poderia constranger os parlamentares. “Como é que a vereadora se posta ali (na mesa de votação) como um coronel, olhando quem vota?”, disse Aldaíza. “Eu reclamei e ela respondeu que mandava em si mesma.” Maria Helena, então, saiu do plenário e não deu entrevistas nem depois de saber da rejeição do pedido de cassação do seu mandato.

Choro – O advogado Laertes Torrens, que fez a defesa da vereadora por uma hora, na tribuna do plenário, comemorou o resultado com lágrimas nos olhos. “É o choro da vitória”, disse Torrens. No discurso, ele alegou falta de provas e atacou as testemunhas do processo, afirmando que elas eram desqualificadas.

O advogado disse que não teme a possibilidade de a oposição recorrer à Justiça, questionando o voto secreto do processo. “Isso é choro dos perdedores, eles têm o direito de chorar, eles são os perdedores”, afirmou.

Ao contrário do que se imaginava, Maria Helena não levou cabos eleitorais à galeria da Câmara Municipal para pressionar os vereadores. Cerca de dez pessoas, entre amigos e parentes, ficaram de pé e aplaudiram o resultado final da votação. Não houve vaia.

■ Mais informações nas páginas 2 a 4